

Protocollo  
n.º 28

8.1.  
J. J. J. J. J.

Sendo as atuais posturas municipais elaboradas a molde da anterior, tendo mesmo, em vários capítulos sido inalterada, verifica-se que o artigo 135 está em suspenso, faltando-lhes um artigo anterior pelo qual sejam estabelecidas as obrigações cuja violação importariam na medida penal de comisso estabelecida no referido artigo.

Compreende-se que por erro ou esquecimento, não foi transcrito o artigo 122 das Posturas Municipais, razão de ser do artigo seguinte das Posturas de 1.936.

Assim sendo, apresento para ser deliberado, na forma do Regimento Interno o seguinte ante-projeto-de-lei que visa dar ao artigo 135 do atual código municipal a seguinte redação.

#### ANTE-PROJETO-DE-LEI

Artº 1º - O artigo 135 do Código de Posturas Municipal deste município, passa a ter a seguinte redação:

Os adquirentes de terras municipais a título de aforamento, são obrigados:

- a) a fechá-las com cercas de lei, dentro de seis meses contados da data da expedição do título de aforamento;
- b) a cultivar pelo menos um terço das terras lavradas dentro de um ano da expedição do título, e em sua totalidade dentro de cinco anos;
- c) a conservar as matas numa largura de 10 (dez) metros em cada margem dos cursos d'água e nos mananciais;
- d) a não caçar ou pescar, nem consentir que outrem o faça fora das épocas determinadas em lei;
- e) a ceder espaço necessário para abertura ou prolongamento de ruas, praças ou estradas de interesse público, estadual ou municipal, com indenização de benfeitorias apenas;
- f) a recolher na tesouraria municipal o fôro correspondente, e do qual trata o artigo 121;
- g) a observar e cumprir todas as leis e regulamentos municipais que forem expedidos;



h) a garantir, com as benfeitorias que possuírem, o exato cumprimento das obrigações que pesarem sobre o aforamento.

Parágrafo único: A violação de qualquer das disposições do ~~presente~~ artigo determinará a imediata caducidade do aforamento, caindo as terras em comisso e tornando-se, por isso, devolutas.

Artº 2º A presente lei entrará em vigor após sua oficial publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de sessões da Câmara Municipal da Lapa,  
em 22 de janeiro de 1.949

Alfredo Pereira Linhares  
Alfredo Pereira Linhares

Nota: A razura na 5ª linha é minha, e vale

Alfredo Pereira Linhares  
Alfredo Pereira Linhares.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAPA  
ESTADO DO PARANÁ

*W. Pires*  
p. 3.

OFÍCIO N. 12/49.

Lapa, 8 de Março de 1949.

Senhor Prefeito Municipal:

Anexo ao presente temos a honra de passar às  
mãos de V. Excia. o Projeto de Lei nº 41, para que seja sanciona-  
do ou vetado dentro do prazo de dez dias, de conformidade com o que  
dispõem a respeito as Pasturas Municipais.

Sem outro particular para o momento, apresen-  
tamos as nossas

Atenciosas Saudações

---

TRAJANO WILKE PIRES (Presidente)

À Exma. Snr.

OTÁVIO JOSÉ KUSS

M.D. Prefeito Municipal da Lapa

N/CIDADE.

28 MAR 1949



OFÍCIO N.

28 MAR 1949

PROJETO DE LEI Nº 41

A Câmara Municipal da Lapa, reunida em sessão ordinária em 29 de Janeiro e 4 de Março de corrente ano

Decretoeu:

Artº.1º:- O artigo 135 do Código de Posturas Municipais, deste Município, passa a ter a seguinte redação:

Os adquirintes de terras municipais a título de aferimento, são obrigados:

- a) a fechá-las com cercas de lei, dentro de seis meses contados da data da expedição de título de aferimento;
- b) a cultivar pelo menos um terço das terras lavradas dentro de um ano da expedição de título, e em sua totalidade dentro de cinco anos;
- c) a censevar as matas numa largura de 10 (dez) metros em cada margem dos cursos d'água e nos mananciais;
- d) a não caçar ou pescar, nem consentir que outrem o faça fora das épocas determinadas em lei;
- e) a ceder espaço necessário para abertura ou prolongamento de ruas, praças ou estradas de interesse público, estadual ou municipal, com indenização das benfeitorias e de correspondente a área cedida, tomando-se por base o valor do imóvel;
- f) a recolher na tesouraria municipal o foro correspondente, e de qual trata o artº 121;
- g) a observar e cumprir todas as leis e regulamentos municipais que forem expedidos;
- h) a garantir, com as benfeitorias que possuírem, o exato cumprimento das obrigações que pesarem sobre o aferimento.

Parágrafo Único:- A violação de qualquer das disposições do presente artigo determinará a imediata caducidade do aferimento, caindo as terras em domínio público. A Comissão de saneamento de terras em vigor após a sua oficial publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões da Câmara Municipal da Lapa, em 4 de Março de 1949